

Alberto Franco da Conceição, Uni. Lda



| Morada: Estrada da Zambujeira, N. °14 Alcanadas 2440-202 Batalha
| Tel.: 910 615 184 | 910 086 086
| E-mail: afconceicao@sapo.pt
| NIF: 515228630
| Alvará N.º 91888 - Pub
| www.amconstrucoes.pt

Declaração de aceitação

[A que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 57º]

Alberto Franco Conceição, com o CC n.º 06636529 e NIF 183 143 256, residente em Praceta de Castro, n.º 10, 5.º DT, 2790-063 Carnaxide, na qualidade de representante legal de Alberto Franco da Conceição, Unipessoal, Lda com NIF 515 228 630 e sede em Estrada da Zambujeira Nº14 Alcanadas, 2440-202 Batalha, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento “Construção e Beneficiação das sedes dos escuteiros - Agrupamento 674 Pombal” e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos - Anexo I do CCP;
- b) Nota justificativa do preço proposto;
- c) Memória descritiva e justificativa do modo de execução;
- d) Documento que alude o n.º 4 do art.º 60 do CCP;
- e) Lista de Preço Unitários;
- f) Proposta de Preço;
- g) Plano de trabalhos, como definido no artigo 361.º do CCP que inclui plano de mão de obra e de equipamentos;
- h) Plano de pagamentos e cronograma financeiro;
- i) Alvará de empreiteiro de obras públicas;
- j) Certidão permanente;
- k) CC do representante legal
- l) Procuração a dar poderes

Alberto Franco da Conceição, Uni. Lda

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Alcanadas, 01 de dezembro de 2020.